

Relatório de Atividades e Contas

Ano Económico de 2022

**SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE DAMPILHOSA DA SERRA**



SCMPSEERRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS / SCMPSEERRA - 2022

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2. BALANÇO
3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
5. ANEXOS

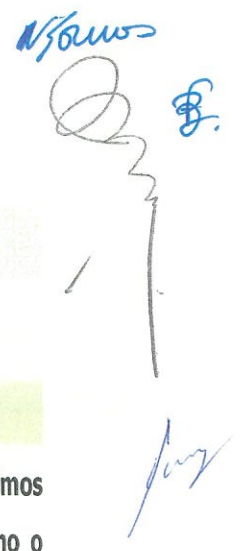
SCMPSEerra
2023

1. - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RAC/2022

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO ECONÓMICO DE 2022

N.º 1000
E.
/



Irmãos(as), associados(as).

- De acordo com o Compromisso, vem a Mesa Administrativa submeter aos Senhores Digníssimos Irmãos(as) o RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2022, bem como o Parecer do Conselho Fiscalizador.

INTRODUÇÃO

- As IPSS são instituições sem fins lucrativos, com um dever social de solidariedade e de justiça perante a sociedade, tendo como fim ajudar aqueles que mais precisam, para que estejam devidamente acompanhados e integrados na sociedade. Estas instituições não são administradas pelo estado ou pelas autarquias locais, mas sim, são instituições particulares de solidariedade social, sempre com a finalidade de apoiar a comunidade carenciada. As IPSS procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis na sua área de atuação, assumindo hoje em dia uma especial importância na dinamização das economias locais, com a criação de empregos.

No contexto macroeconómico e segundo estudo efetuado e divulgado, estas instituições atualmente confrontam-se com imensas dificuldades e têm um défice progressivo assustador, uma vez que as comparticipações se tornam insuficientes. Atendendo ao histórico evolutivo da sobrevivência das instituições em termos económicos financeiros, muitas estão a passar por uma fase muito difícil em termos económicos.

A capacidade das Instituições do Setor da Economia Social tem diminuído consideravelmente, segundo trabalho realizado por investigadores de alguns Institutos Politécnicos.

- O País confrontou-se com dificuldades, tendo de forma inequívoca, verificado o degradar da solidez do serviço das instituições particulares de solidariedade social e das organizações da economia social, com grandes dificuldades financeiras para poderem suportar os encargos com recursos humanos e manter assim os seus postos de trabalho.

Handwritten notes in blue ink: "Novo" at the top, a large circle with a vertical line through it, and a signature "Jury" at the bottom right.

- As medidas de urgência tomadas, tiveram um impacto positivo, visando salvaguardar as empresas, as instituições e as famílias.

-Partindo-se da perspectiva teórica de que as enfermidades são fenómenos a um só tempo biológicos e sociais, levou-nos no ano de dois mil e vinte e dois a responder parcialmente aos desafios colocados por toda esta conjuntura.

- Assim, o ano de dois mil e vinte e dois, levou-nos a criar uma série de pressupostos, afim de melhorar atividade económica da Instituição teve que se adaptar a situações criadas pelo Covid19, produzindo uma série de sinergias com o poder central e o setor social, procurando criar respostas capazes de ultrapassar esta fase menos boa em que nos sentimos inseridos.

- Fomos ao encontro de medidas de urgência de forma a criarmos um impacto positivo, visando salvaguardar os Utentes e os nossos Colaboradores.


- Toda esta crise mostrou ainda a importância das respostas assentes em dinâmicas de solidariedade comunitária, em lógica de parceria e de participação cidadã. Estas mostraram que os vários desafios que se têm colocado nos interpelam ao desenvolvimento de uma lógica de governação local partilhada e participativa.

- Uma coisa é certa: seja qual for a velocidade de recuperação, procuramos voltar para a situação existente antes do deflagrar da crise de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, havendo a necessidade de colocar um novo nível de exigência, de eficácia, às políticas a implementar.

-Tornando-se difícil, senão quase impossível, discriminar exaustivamente aquilo que foi a atividade da Instituição durante o ano de 2022, vimos apresentar a esta Assembleia aquilo que de mais relevante se realizou, não podendo, por imperativo histórico e de consciência cívica, deixar de referir-se o seguinte:

-Preocupada com a sustentabilidade da instituição, o ano de 2022, a Mesa Administrativa dedicou especial atenção ao ajustamento do valor das mensalidades dos seus utentes, bem como à contenção de gastos. Embora tenha sido ainda um ano difícil, a atividade da Instituição teve que se adaptar às exigências impostas, levando a um desempenho ajustado à situação vivida nas suas diversas valências.

- A Unidade de Cuidados Continuados Integrados - Unidade de Longa Duração e Manutenção teve uma atividade quase plena, havendo alguma oscilação nos valores de frequência, sendo na realidade esta resposta uma mais-valia para a nossa Instituição, para o Concelho e para a Região Centro.
- Para uma melhor leitura dos números apurados em 2022, convém ter presente que a nossa grande aposta, a Unidade de Longa Duração e Manutenção, funcionou com uma taxa de ocupação média de 94,75%, e nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas - Sede e Foz da Moura - Centro Comunitário funcionaram com uma taxa de ocupação de 100,00%.
- Nas restantes valências, verificaram-se algumas oscilações, nomeadamente em Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com uma taxa de ocupação de 67,81%, em Creche a taxa média de ocupação cifrou-se nos 59,90% e Pré - Escolar a taxa média de ocupação foi de 82,92% em Centro de Dia (CD), a taxa de ocupação não teve qualquer valor 0,0%. Estas taxas de ocupação têm colocado dificuldades adicionais à Instituição designadamente pela redução de receitas que tem significado.
- A Mesa Administrativa, preocupou-se em proporcionar a todos os utentes, o melhor bem-estar no seio desta comunidade e a todos os seus funcionários(as), as melhores condições de trabalho dentro da Instituição.
- A opinião pública falará por si, relativamente à importância e razão de ser desta obra, que a todos acolhe, prestando uma assistência impar a todos aqueles que dela tanto necessitam.

A Mesa Administrativa


Maria Foz

 B.

OBRAS A DESTACAR:

- Destacamos a funcionalidade plena das diversas respostas sociais da Instituição, com especial destaque para a Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) na Sede e Foz da Moura - Centro Comunitário, bem como a Unidade de Cuidados Continuados Integrados/Unidade de Longa Duração e Manutenção.
- Foi dada continuidade às obras de adaptação/ remodelação de alguns edifícios pertença da Instituição, no centro da vila para fins de arrendamento urbano, tendo todo o trabalho sido desenvolvido com os recursos humanos que pertencem aos quadros desta instituição.
- Procurámos ter sempre atualizado, o nosso site e o nosso facebook, com a divulgação de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Rede de Serviços de Apoio Domiciliário:

- Mantivemos em funcionamento os diversos centros, embora a nossa rede de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), tivesse em 2022 uma quebra de 32,19%.

1- Monitorização das entradas e saídas na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário/2022

Respostas Sociais	SAD - Pampilhosa da Serra	SAD -Cabril	SAD- Fajão	SAD - Machio	SAD - Pessegueiro	SAD- Janeiro de Baixo/Porto de Vacas	Total
Entradas	10						
Saídas	8						

N. Sousa
Q. F. V.
B.

· **Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas**

- ERPI sede - média dos utentes em 2022 - 101 Utentes

ERPI Foz da Moura – média dos utentes em 2022 - 32 utentes

Respostas Sociais	ERPI Sede	ERPI Foz da Moura	Total
Entradas		9	
Saídas		7	

· **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados**

São objetivos da RNCCI a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Os Cuidados Continuados Integrados estão centrados na recuperação global da pessoa, promovendo a sua reabilitação, autonomia e melhorando a sua funcionalidade, no âmbito da situação de dependência em que se encontra, com vista à sua reintegração sociofamiliar.

1 -Tipologia:

Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) - para internamento superior a 90 dias - **35 camas.**

2 -Coordenação da RNCCI

- Coordenação Nacional

A RNCCI é coordenada a nível nacional por uma Comissão Nacional, com sede em Lisboa.

- Coordenação Regional

A nível regional, a coordenação é desenvolvida pela Equipa Coordenadora da Região Centro (ECR), sediada na Administração Regional de Saúde.

Handwritten notes and signature in blue ink, including the word 'Novo' and a signature.

- Coordenação Local

A nível local, a coordenação é desenvolvida pela Equipa Coordenadora Local do Pinhal Interior Norte II (ECL), com sede no Centro de Saúde de Figueiró dos Vinhos.

3- Monitorização:

Admissões	Altas	Descanso do Cuidador	Taxa de ocupação
2022	2022	2022	
67	66	15	94.75%

4 - Visitas de acompanhamento realizadas pela ECL

- 2 Visitas de acompanhamento.

- Constrangimentos

- Permanência de doentes na UCCI de Pampilhosa da Serra por longos períodos de internamento devido a falta de respostas sociais adequadas, fragilidades económicas, ausência ou insuficiência de retaguarda familiar;
- Dificuldade na contratação de alguns recursos humanos (Enfermeiros; Fisioterapeutas; Terapeutas Ocupacionais), na UCCI e ERPI;
- Redução do número de utentes na resposta social de SAD;
- Aldeias cada vez mais desertificadas com implicações no SAD;
- Distâncias, significativas, percorridas para prestar apoio a uma ou duas pessoas no SAD;

- Potencialidades:

- Adaptação dos serviços às necessidades dos utentes, nomeadamente, com o ajuste dos horários de funcionamento no SAD;
- Espírito de trabalho em equipa entre os profissionais, que se revela numa grande coesão entre todos, em prol da concretização dos objetivos da instituição;

- Estreita articulação com a ECL, ECR, e serviços de saúde da comunidade, promovendo uma relação de proximidade;
- Famílias manifestam grande satisfação pelos serviços prestados.

Novos
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

MANUTENÇÃO DE ACORDOS C / ISS, IP-C.D.COIMBRA

- Adaptamos os serviços por forma a ir ao encontro das diversas necessidades dos utentes;
- Adaptámos o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), nas valências onde tal foi indispensável;

MANUTENÇÃO DE ACORDOS C / ISS, IP-C.D.COIMBRA

Nas Valências:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, (ERPI), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Creche / Jardim de Infância.

Obras de Conservação/remodelação em:

- Conservação e manutenção das infraestruturas existentes, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI – Sede) e Centros de Dia, ao nível do bem-estar e do conforto.
- Arrendamento urbano, com adaptação dos espaços conforme projeto de arquitetura elaborado.
- Preservação do espaço exterior e interior (a utilizar em função das condições meteorológicas), adequado para receber as visitas aos nossos utentes, garantindo e cumprindo todas as normas e orientações que foram sendo dadas pelo Serviço Nacional de Saúde, sempre em articulação com o Delegado de Saúde Dr. Queimadela.
- Adaptação do espaço da Sala de convívio, também garantindo sempre todas as condições necessárias para manter os utentes e colaboradores em segurança;
- Conservação dos circuitos específicos para as entradas e saídas, quer de produtos, quer dos próprios colaboradores, garantindo sempre o distanciamento social e o cruzamento de pessoas;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Manutenção dos espaços de convívio nos diferentes pisos da ERPI sede para garantir o distanciamento social entre utentes e colaboradores;
- Conservação dos jardins envolventes da ERPI-Sede, tornando o espaço exterior mais confortável e agradável.
- Melhoramento do equipamento existente na Estrutura Residencial - Sede e Centros de Dia.
- Remodelação dos apartamentos no imóvel da Caixa Geral de Depósitos, para fins de arrendamento urbano, com adaptação dos espaços conforme projeto de arquitetura elaborado.

Apoios Prestados a:

- Prestámos todo o apoio indispensável ao IEFP com a criação de novos postos de trabalho, através de candidaturas, procurando assim melhorar a parceria existente.
- Prestámos apoio de ação social em situações de emergência que nos apareceram na Instituição.

Efetuamos em colaboração com o IEFP candidaturas a:

- Contrato Emprego - Inserção;
- Contratos Emprego – Inserção+;
- ATIVAR.PT (Estágios Profissionais);
- MARESS – Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamento Sociais e de Saúde;
- Programa Estimulo/Emprego.

N. Sousa
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- PARCERIAS:

- Trabalhamos em parceria em diversos programas/projetos/atividades com o Município de Pampilhosa da Serra entre eles:

- Rede Social.
 - CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco).
 - Conselho Municipal de Educação.
 - SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância)
 - Projeto Trilhos Ruralidades;
- Trabalhamos em parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, no âmbito do:
- RSI (Rendimento Social de Inserção);
- POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. No âmbito deste programa, distribuímos mensalmente a 70 pessoas carenciadas do concelho de Pampilhosa da Serra, produtos alimentares. Este é um programa desenvolvido a nível nacional, que vai na sua 2ª fase de execução e a nossa candidatura abrange a nível territorial os concelhos de Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra. A Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, apresenta-se como a entidade coordenadora deste projeto, tendo iniciado em setembro de 2019 e terá o seu término a novembro de 2023.
- PEA (programa de Emergência Alimentar) – Rede Solidária de Cantinas Sociais.
- Foi estabelecido, entre a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra e o Instituto da Segurança Social, protocolo de colaboração no âmbito da convenção da rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar, sendo, presentemente, esta instituição a responsável pelo programa no concelho.
- Trabalhamos em parceria com as diversas instituições locais na dinamização de atividades socioculturais.

- Nº 1000
fr
E.
- No âmbito do Programa de Parcerias para o Impacto do Portugal Inovação Social, a Santa Casa da Misericórdia em parceria com a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere (Entidade Coordenadora) e Cáritas Diocesana de Coimbra, desenvolvem o Projeto "100 Idade", com término em fevereiro de 2023.

CLÍNICA DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO

- Divulgação dos serviços prestados.
- Consultas quinzenais com Médico Fisiatra.
- Sessões de tratamento, com acompanhamento de dois fisioterapeutas.
- Sessões de tratamento de medicina física de reabilitação no âmbito das convenções efectuadas com:

Subsistemas de Saúde.

(ADSE, SNS, IASFA, Advancecare, Seguradoras)

ACÇÕES SÓCIO – CULTURAIS E RECREATIVAS.

-Representação:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Creche e Jardim de Infância.
- Continuação de videochamadas, para manter os idosos mais próximos das suas famílias.
- Foram realizadas várias atividades de animação para manter os idosos ativos e ocupados.
- Retomamos a ida às aulas de hidroginástica.

Realizaram-se acompanhamentos psicológicos individuais e em grupo, de modo a intervir as necessidades de cada idoso.

- Proporcionamos às crianças aulas de música.
- O pré-escolar retomou as aulas de natação.

N. Paulo
B.

- Desenvolvimento do projeto "Cre /Ser Saudável – Contribuir e promover hábitos alimentares saudáveis e atividade física saudável".
- Desenvolvimento do projeto "A minha família está com a Escola (de forma virtual)", consistindo em desafiar os familiares de cada criança a efetuar uma atividade relacionada com a alimentação saudável e partilharem com a casa da criança, vídeos e fotografias para se mostrar ao grupo.
- Comemoração das épocas festivas tais como: Dia do pijama; S. Martinho; Natal; Dia de Reis; Carnaval; Dia da mãe; Dia do pai; Dia da família; Dia da criança.
- Elaborámos convívios intergeracionais, promovendo atividades conjuntas entre idosos e crianças em formato online.
- Realizámos outras atividades lúdico-pedagógicas nomeadamente, Carnaval, Dia do Pai, Dia da Mãe, Dia Mundial da Criança, Dia da Árvore, Magusto etc...
- Dinamização de ações Socioculturais, com utentes da resposta social da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas / UCCI, dentro das possibilidades impostas pelo Plano de contingência no âmbito do COVID19.
- Reforçámos as ações de formação/sensibilização no âmbito do COVID-19 para todas(os) as colaboradoras(es), nomeadamente procedimentos a ter, utilização de equipamentos de proteção, circuitos a realizar entre outros, mantendo sempre atualizadas as orientações que diariamente eram publicadas pela DGS.

N. Zoum
[Signature]
[Signature]

PRINCIPAIS DADOS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

- O valor bruto dos Ativos Fixos Tangíveis, passou de 8.417.597,99 Euros para 8.484.584,59 Euros (aumento de 66.986,60 Euros).

Nos Investimentos de 2022, destacam-se os seguintes:

a) obras de remodelação do edifício onde a Caixa Geral de Depósito está instalada, cujo valor acumulado a 31 de dezembro de 2022 ascende a 63.802,13 Euros (31.658,75 Euros são dispêndios do ano de 2022 e incluem 25.464,57 Euros de trabalhos para a própria entidade).

b) obras de remodelação do edifício onde estava instalado o antigo centro de saúde, cujo valor acumulado a 31 de dezembro de 2022 ascende a 137.737,10 Euros (em 2022 não existiu imputação de custos, uma vez que a obra está parada).

c) aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias, no valor de 19.565,24 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a dívida de clientes/utentes é de 267.325,54 Euros (158.925,05 Euros em 31 de dezembro de 2021). O aumento é relativo em grande parte à dívida da ARS e da Segurança Social, resultante do funcionamento da UCCI.

O passivo atingiu 2.705.363,54 Euros (2.718.096,22 Euros em 31 de dezembro de 2021), o que evidencia uma ligeira redução. As dívidas a fornecedores cresceram cerca de 43 milhares de euros, no entanto refere-se que têm sido cumpridos satisfatoriamente os prazos de pagamento a fornecedores.

Em 2022 o total de GASTOS foi 4.037.530,73 Euros (em 2021 tinha sido de 3.849.616,69 Euros) e o total de RENDIMENTOS foi de 4.228.080,02 Euros (em 2021 tinha sido de 3.767.836,57 Euros), apurando-se um Resultado Líquido de 190.549,29 Euros (em 2021 tinha sido negativo em 81780,12 Euros). Ainda assim, destacamos que os Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos é positivo em 394.455,26 Euros (113.886,57 Euros em 2021).

N.º 2022
Q.º 1.º
B.

Mapa com resumo da evolução dos gastos:

Rubrica	Ano 2022	Ano 2021	Varição
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	431.842,49	393.906,67	37.935,82
Fornecimentos e serviços externos	732.035,98	709.103,48	22.932,50
Gastos com o pessoal	2.627.740,55	2.538.479,09	89.261,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	35.188,79	105,53	35.083,26
Aumentos/reduções de justo valor	244,64	450,36	-205,72
Outros gastos	5.851,96	12.010,40	-6.158,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	171.501,61	165.324,98	6.176,63
Juros e gastos similares suportados	33.124,71	30.341,71	2.783,00
Total	4.037.530,73	3.849.722,22	187.808,51

Mapa com resumo da evolução dos rendimentos:

Rubrica	Ano 2022	Ano 2021	Varição
Vendas e serviços prestados	2.552.460,83	2.233.218,96	319.241,87
Subsídios, doações e legados à exploração	1.473.038,31	1.355.224,41	117.813,90
Trabalhos para a própria entidade	25.464,57	23.959,20	1.505,37
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	121,03	13.882,05	-13.866,55
Outros rendimentos	176.539,03	141.551,95	34.987,08
Total	4.228.080,02	3.767.942,10	460.137,92

A pandemia veio impor condições muito adversas à exploração das atividades desenvolvidas pelas instituições do setor não lucrativo, designadamente: a) com perdas de receitas por via da redução dos níveis de frequência de utentes; b) com o acréscimo de despesa, designadamente associada ao custo de implementação das medidas de combate à pandemia. No ano 2022, a Instituição retomou o caminho de evolução muito positiva, com uma exploração claramente equilibrada.

Nº 30000
B.

De facto, a evolução dos fornecimentos e serviços externos traduz o acréscimo de despesa, designadamente: a) com a energia (combustíveis e eletricidade); b) com o custo de implementação das medidas proteção individual; c) com o custo dos estágios abrangidos pelas medidas de apoio promovidas pelo IEFP conforme já referido neste relatório. O custo com serviços médicos e de enfermagem, a eletricidade, gás e lenha, representam cerca de 50% do total desta rubrica.

Os gastos com pessoal continuam a assumir um peso significativo na estrutura de gastos (65% em 2022 e 66% em 2021). Os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional impostos nos últimos anos, tem vindo a criar condições que dificultam o equilíbrio económico e financeiro desta Instituição.

Em termos de rendimentos, destacamos em primeiro lugar que o retomar normal da atividade permitiu recuperar rendimentos face ao ano anterior, quer dos acordos, quer dos utentes, quer do funcionamento da UCCI.

Em 2021, a Segurança Social pagou à Instituição quantias mensais que resultam de valores protocolados, os quais, em alguns casos estão acima dos que resultam dos níveis de frequência efetiva. Este facto, em 31 de dezembro de 2021 originou que tenham sido diferidos rendimentos no valor de aproximadamente 197 milhares de euros, os quais foram descontados pela Segurança Social nas receitas do ano de 2022. Em 2022 os acertos de frequência foram processados com maior regularidade, pelo que em 31 de dezembro de 2022 os acertos de frequência por processar eram de menor valor face ao do ano anterior. A Em 31 de dezembro de 2022, considerando os valores pagos adiantadamente pela Segurança Social e os acertos de frequência ainda por processar, foi diferido para 2023 a quantia de 99.393,34 euros.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Santa Casa, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias (i) Risco de taxa de juro; (ii) Risco de taxa de câmbio; (iii) Risco de liquidez; (iv) Risco de crédito;(v) Risco de mercado.

A Mesa Administrativa tem estado empenhada e assume a responsabilidade pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Santa Casa da Misericórdia, orientadas em função das suas preocupações essenciais.

A exposição da Santa Casa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades da Santa Casa como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário. A este respeito, refere-se que em final de 2019, foram alteradas as condições de financiamento, com taxas de juro mais reduzidas e prazos de reembolso mais alargados, situação que contribuiu para uma melhoria significativa da posição financeira.

Atendendo à situação financeira e patrimonial da Santa Casa, tem sido possível cumprir as obrigações perante as entidades financiadoras. É de realçar que os sucessivos aumentos do salário mínimo nacional impostos nos últimos anos, tem vindo a criar condições que dificultam o equilíbrio económico e financeiro desta Instituição. Devido a este facto, o risco de liquidez tem vindo a aumentar, apesar de a Mesa Administrativa entender que este ainda se encontra em níveis aceitáveis. A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra apresenta em 2022 um resultado líquido positivo de 190.549,29 euros, porém no final do ano o passivo corrente excedia o ativo corrente em 65.793,30 euros. Apesar deste indicador evidenciar algumas dificuldades do ponto vista financeiro, a Mesa Administrativa continuará a implementar as medidas que permitam o equilíbrio financeiro, para o qual contribuirá a melhoria dos resultados de exploração das suas atividades, à semelhança do que sucedeu em 2022.

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente/utente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas no âmbito da sua atividade. A Mesa Administrativa está empenhada na gestão permanente

dos clientes/utentes e dos seus saldos em aberto, bem como o acompanhamento da evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobabilidade. Esta situação tem-se traduzido em reduzidas perdas relativas às dívidas de utentes, clientes e outros devedores.

A Mesa Administrativa procura efetuar um planeamento rigoroso das suas vendas e serviços prestados e, está atenta às flutuações de mercado e às novas oportunidades de negócio. A sua política de gestão permitiu atingir níveis de atividade satisfatórios até ao início da pandemia. A Mesa Administrativa espera que a procura dos serviços de apoio a idosos venha a retomar depois de normalizada a situação provocada pela pandemia. A alteração do edifício do antigo Centro de Saúde irá potenciar o crescimento dos níveis de atividade desta Instituição, com potencial impacto na melhoria dos resultados futuros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO.

Assim e face à explanação efetuada e aos resultados alcançados, a Mesa Administrativa bem propor aos Dignísimos Irmãos(as) que, o **Resultado Líquido Positivo do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**, no valor de cento e noventa mil, quinhentos e quarenta e nove euros e vinte e nove cêntimos (**190.549,29 Euros**), seja transferido para a conta de **RESULTADOS TRANSITADOS.**"

PERSPETIVAS FUTURAS:

O crescente aumento de gastos associado aos níveis crescentes da taxa de inflação, tem vindo a impactar negativamente as Instituições do setor social. A Mesa Administrativa continua muito empenhada em equilibrar a situação financeira da Instituição, a qual melhorou em 2022. Para tal, pretende continuar com a exploração das suas atividades, mantendo o rigor e equilíbrio entre as receitas e os gastos.

N. Jones
[Signature]
B.

COLABORAÇÕES A DESTACAR.

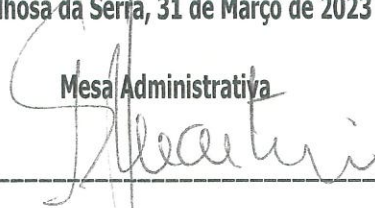
- A finalizar este relatório a Mesa Administrativa deseja manifestar o seu profundo reconhecimento e propõe votos de gratidão:
- Ao C.D.S.S. do Centro (Serviço Sub-Regional de Coimbra), pelo apoio, estímulo, compreensão e acompanhamento prestado a esta Direcção.
- Ao pessoal técnico do C.D.S.S. Coimbra pela sua colaboração e apoio.
- Ao I.E.F. Profissional - (C.E. Arganil) e seu pessoal técnico, pelo apoio e acompanhamento prestado a esta Instituição.
- À Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelo apoio e colaboração prestada ao longo do ano para com a Instituição, assim como para com todos os projectos em parceria.
- À Comarca de Arganil e Jornal Serras da Pampilhosa pela magnífica e pronta colaboração prestada, na publicação de nomes de pessoas que nos têm distinguido com os seus donativos.
- Aos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, pela magnífica colaboração prestada, socorrendo os utentes da Instituição.
- Aos elementos do voluntariado que, desenvolveram alguns momentos de conforto e cuidados de imagem, aos utentes que assim o desejaram.
- A todas as pessoas, que de algum modo contribuíram com a sua ajuda, para que possamos levar por diante o empreendimento que nos propomos realizar.
- Aos membros da mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, com quem mantivemos as melhores relações de colaboração e cordialidade.
- Ressalvar um ENORME Agradecimento a todas as colaboradoras que desde o primeiro instante se disponibilizaram para ficarem em confinamento, num verdadeiro espírito de Missão, para cuidarem de quem necessita.
- Aos funcionários(as) em geral, pelo seu empenho e dedicação ao longo de mais um ano.

NZav
fug
B.

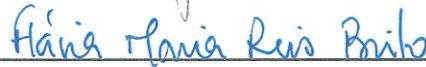
- Finalmente, com as maiores saudações, submetemos este relatório à mercê da ASSEMBLEIA-GERAL.

Pampilhosa da Serra, 31 de Março de 2023

Mesa Administrativa



(António Sérgio Brito Martins)



(Flávia Maria Reis Brito)



(Nuno Miguel Martins Gomes)

(Fernando Barata Nunes de Almeida)

(Carlos Alberto Dias Santos)

2. - BALANÇO
RAC/2022

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

TSR - Contabilidade ESNL

Balanco

Balanco em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	5.037.134,98	5.141.514,30	-2,03%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	8,13	29.757,30	25.374,08	17,27%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		5.066.892,28	5.166.888,38	-1,94%
Ativo corrente				
Inventários	9	27.491,03	47.523,50	-42,15%
Clientes	10	267.325,54	158.925,05	68,21%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	13	6.471,84	6.716,48	-3,64%
Caixa e depósitos bancários	5,14	781.341,60	645.675,62	21,01%
		1.082.630,01	858.840,65	25,55%
Total do Ativo		6.149.522,29	6.025.729,03	2,00%
Fundos Patrimoniais				
Fundos	15	459.270,01	459.270,01	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	15	1.201.258,91	1.283.039,03	-6,37%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	1.593.080,54	1.647.103,89	-3,28%
Resultado líquido do período		190.549,29	-81.780,12	333,00%
Total dos fundos patrimoniais		3.444.158,75	3.307.632,81	4,13%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	18	1.356.703,54	1.411.567,96	-3,72%
Outras contas a pagar	20	267.165,27	686,97	-4,86%
		1.623.868,81	1.412.254,93	-3,91%
Passivo corrente				
Fornecedores	16	223.300,21	180.153,56	23,95%
Estado e outros entes públicos	11,17	53.478,73	53.063,09	-5,42%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	18	241.095,63	178.158,73	33,46%
Diferimentos	12,19	43.423,65	158.840,13	-80,59%
Outras contas a pagar	20	520.196,51	735.625,78	14,20%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		1.081.494,73	1.305.841,29	-1,37%
Total do Passivo		2.705.363,54	2.718.096,22	-2,91%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.149.522,29	6.025.729,03	0,91%

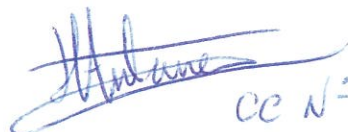
(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/1

quarta-feira, 29 de março de 2023

Licenciada a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA



CC N° 95756

3. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

RAC/2022

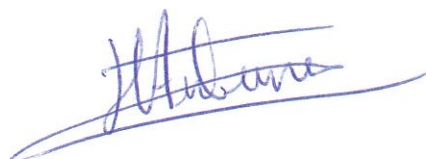
Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados		2.552.460,83	2.233.218,96	14,30%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.473.038,31	1.355.224,41	8,69%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		25.464,57	23.959,20	6,28%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-431.842,49	-393.906,67	-9,63%
Fornecimentos e serviços externos		-732.035,98	-709.103,48	-3,23%
Gastos com o pessoal		-2.627.740,55	-2.538.479,09	-3,52%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-24.457,64	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-10.610,12	13.882,05	-176,43%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		-244,64	-450,36	45,68%
Outros rendimentos e ganhos		176.274,93	141.287,85	24,76%
Outros gastos e perdas		-5.851,96	-12.010,40	51,28%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		394.455,26	113.622,47	247,16%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-171.501,61	-165.324,98	-3,74%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		222.953,65	-51.702,51	531,22%
Juros e rendimentos similares obtidos		720,35	264,10	172,76%
Juros e gastos similares suportados		-33.124,71	-30.341,71	-9,17%
Resultados antes de impostos		190.549,29	-81.780,12	333,00%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		190.549,29	-81.780,12	333,00%

(1) - Euro



4. - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RAC/2022



h

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 6.326.761 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.444.159 euros, incluindo um resultado líquido de 190.549 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com Reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

1

Bases para a opinião com Reserva

Ainda não foi concluída a inventariação dos bens que compõem o património imobiliário da Entidade, razão pela qual não podemos validar a sua correta integração na contabilidade. Este facto é suscetível de influenciar o valor apresentado na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis" e as depreciações do exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



fm

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

fm



Handwritten initials

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Handwritten signature



Handwritten signature

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para opinião com reserva" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Pampilhosa da Serra, 4 de abril de 2023

Américo Pereira de Abreu

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por Américo Pereira de Abreu, ROC nº 1944

4

5. - ANEXOS

RAC/2022

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra, foi fundada no ano de 1958, constituída na ordem jurídica canónica com o objetivo de, na prática da caridade, satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

O âmbito da atividade social da Instituição não se confina apenas ao apoio social, mas também abrange, outros meios de fazer bem, designadamente desenvolver atividades nos setores de saúde, cultura, recreio e da educação.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente anexo encontram-se expressos em euros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei 98/2015. O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual); e
- Normas Interpretativas (NI).



3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A adoção da NCRF-ESNL nos termos definidos no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, ocorreu pela primeira vez em 2016.

As Demonstrações Financeiras de 2016 foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

4.1.1. Continuidade

A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra apresenta em 2022 um resultado líquido positivo de 190.549,29 euros, porém no final do ano o passivo corrente excedia o ativo corrente em 65.793,30 euros. Apesar deste indicador evidenciar algumas dificuldades do ponto vista financeiro, a Mesa Administrativa continuará a implementar as medidas que permitam o equilíbrio financeiro, para o qual contribuirá a melhoria dos resultados de exploração das suas atividades, à semelhança do que sucedeu em 2022.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

4.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*”.

4.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

4.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a

alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

4.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributário ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas subsequentes que a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Não depreciados
Edifícios e outras construções	6 a 100 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	2 a 12 anos

A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

4.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra detém, que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

4.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros, que se encontram em dívida no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações de justo valor reconhecidas em contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros Passivos Correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.2.5. Provisões

Periodicamente, a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma



Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Santa Casa da Misericórdia reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

4.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 não foram capitalizados quaisquer dispêndios relativos a juros e gastos similares por não estarem cumpridos os pressupostos descritos para a sua capitalização.



Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 4.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*



- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.8. Subsídios à exploração

Os apoios contratualizados são reconhecidos a crédito na conta 75 - Subsídios à exploração, em contrapartida da rubrica “Outros ativos correntes”, na exata medida da participação prevista em função das despesas executadas, corrigidos de eventuais despesas não elegíveis para participação.

Os recebimentos relativos a estes subsídios, são reconhecidos na rubrica “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes” (a crédito), em contrapartida das rubricas de “Disponibilidades”.

Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a despesas executadas (adiantamentos), são apresentados como passivo na rubrica “Outros passivos correntes”.

Um subsídio pode tornar-se recebível por compensação de gastos incorridos em períodos anteriores. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se torna recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja compreendido.

4.2.9. Receitas da exploração da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

A entidade explora a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), cujo rendimento provém das participações dos Utentes, da Administração Regional de Saúde (ARS) e do Instituto da Segurança Social – IP, sendo de referir o seguinte:

(i) A participação dos Utentes é reconhecida na rubrica “Vendas e serviços prestados”.

(ii) As participações devidas pela Administração Regional de Saúde (ARS) e pelo Instituto da Segurança Social - IP, são reconhecidas na rubrica “Vendas e serviços prestados”, uma vez que a Mesa Administrativa entende que se trata de serviços prestados.

5. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, caixa e seus equivalentes, detalha-se como se segue:

Descrição	2022	2021
Caixa	1.319,42	3.532,36
Depósitos à ordem	280.022,18	192.143,26
Depósitos a prazo	500.000,00	450.000,00
Total	781.341,60	645.675,62

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2022 não foram alteradas quaisquer políticas contabilísticas.

7. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2022					
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Trabalhos p/ a própria entidade	Saldo em 31-Dez-2022
Custo					
Terrenos e recursos naturais	308.834,75				308.834,75
Edifícios e outras construções	6.102.304,00				6.102.304,00
Equipamento básico	1.001.709,36				1.001.709,36
Equipamento de transporte	356.677,14	19.565,24			376.242,38
Equipamento administrativo	384.611,90	15.898,30			400.510,20
Outros Ativos fixos tangíveis	93.444,67				93.444,67
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	169.880,48	6.194,18		25.464,57	201.539,23
Total	8.417.462,30	41.657,72	-	25.464,57	8.484.584,59
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.673.721,85	94.102,23			1.767.824,08
Equipamento básico	850.387,00	42.034,98			892.421,98
Equipamento de transporte	317.920,43	20.482,22			338.402,65
Equipamento administrativo	343.172,12	12.796,55			355.968,67
Outros Ativos fixos tangíveis	90.746,60	2.085,63			92.832,23
Total	3.275.948,00	171.501,61	-	-	3.447.449,61
Total Líquido	5.141.514,30	(129.843,89)	-	25.464,57	5.037.134,98

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates/ Alienações	Trabalhos p/ a própria entidade	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	308.843,93	-	(9,18)	-	308.834,75
Edifícios e outras construções	6.102.304,00	-	-	-	6.102.304,00
Equipamento básico	972.211,05	29.498,31	-	-	1.001.709,36
Equipamento de transporte	356.677,14	-	-	-	356.677,14
Equipamento administrativo	371.017,16	13.594,74	-	-	384.611,90
Outros Ativos fixos tangíveis	93.444,67	-	-	-	93.444,67
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	136.891,30	9.029,98	-	23.959,20	169.880,48
Total	8.341.389,25	52.123,03	(9,18)	23.959,20	8.417.462,30
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.579.619,62	94.102,23	-	-	1.673.721,85
Equipamento básico	806.781,11	43.605,89	-	-	850.387,00
Equipamento de transporte	302.329,64	15.590,79	-	-	317.920,43
Equipamento administrativo	333.403,85	9.768,27	-	-	343.172,12
Outros Ativos fixos tangíveis	88.488,80	2.257,80	-	-	90.746,60
Total	3.110.623,02	165.324,98	-	-	3.275.948,00
Total Líquido	5.230.766,23	(113.201,95)	(9,18)	23.959,20	5.141.514,30

Nos ativos fixos tangíveis em curso, estão incluídas: (i) as obras de remodelação do edifício onde a Caixa Geral de Depósitos está instalada, no valor de 63.802,13 euros (31.658,75 euros são dispêndios do ano de 2022 e incluem 25.464,57 euros de trabalhos para a própria entidade); (ii) obras de remodelação do edifício onde estava instalado o antigo centro de saúde, no valor de 137.737,10 euros (em 2022, não existiu imputação de custos uma vez que as obras estão paradas).

8. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Investimentos Financeiros”, no valor de 3.250,00 euros, corresponde ao custo de aquisição das ações da Garval, associadas à contratação de um empréstimo.

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Inventários” era referente a Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo (Géneros Alimentares, Material Clínico e outros produtos para consumo).

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os inventários iniciais, os inventários finais, o custo dos consumos e as compras foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Inventários Iniciais	47.523,50	33.394,01
Compras	436.267,66	408.036,16
Inventários Finais	-51.948,67	-47.523,50
CMVMC	431.842,49	393.906,67

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os inventários são detalhados como se segue:

Descrição	2022	2021
Inventários Quantia Bruta	51.948,67	47.523,50
Ajustamentos em inventários (Perda por imparidade)	-24.457,64	0,00
Inventários Balanço	27.491,03	47.523,50

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecida uma perda por imparidade em inventários, no valor de 24.457,64 euros, para fazer face à menor probabilidade de uso dos produtos adquiridos relacionados com a pandemia provocada pelo vírus Covid-19.

10. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Créditos a receber”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Clientes: Entidades Oficiais	226.990,86	109.604,83
Utentes	91.378,57	90.181,46
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Clientes e Utentes	(50.826,76)	(40.227,42)
Total	267.542,67	159.558,87

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas" foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	40.227,42	54.082,16
Aumentos - Créditos a Receber	10.720,37	105,53
Diminuições - Créditos a Receber	(121,03)	(13.960,27)
Saldo do movimento do ano	10.599,34	(13.854,74)
Saldo final	50.826,76	40.227,42

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos", é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA a Restituir pela AT - Bens Alimentares	3.527,71	3.482,80
Total Ativo	3.527,71	3.482,80

12. Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Diferimentos", é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Produtos de Limpeza, Higiene e Conforto	36.102,08	27.947,60
Seguros	13.808,67	14.253,42
Fraldas	9.140,30	7.170,59
Rouparia	14.815,20	12.496,97
Ferramentas e Utensílios	1.271,45	1.286,47
Outros	2.078,85	1.697,18
Total	77.216,55	64.852,23

13. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Fornecedores gerais	482,30	517,78
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	41.853,09	55.049,67
Vagas Cativas - Segurança Social	4.107,55	5.278,91
Subsídio à Exploração a receber	36.432,17	30.118,07
Subsídios IEFP - apoios à contratação e inserção	7.301,87	16.836,17
Outros Devedores	8.785,33	7.054,64
Acções EDP	6.471,84	6.716,48
Perda por imparidade acumuladas		
Utentes	(2.684,62)	(2.673,84)
Total - Corrente	102.749,53	118.897,88
FCT-Fundo de Compensação do Trabalho	26.507,30	22.124,08
Total - Não corrente	26.507,30	22.124,08

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 o movimento na rubrica “Perdas por imparidade acumulada” foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	2.673,84	2.701,15
Aumentos - Outros ativos correntes	-	(27,31)
Diminuições - Outros ativos correntes	10,78	-
Saldo final	2.684,62	2.673,84

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” é referente à especialização das receitas seguintes:

Descrição	2022	2021
Apoio União das M. Portuguesas	31.825,00	31.825,00
Especialização de faturação de fraldas	5.474,42	6.027,88
Rappel a conceder por fornecedores	4.553,67	17.196,79
Total	41.853,09	55.049,67

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi efetuado um acréscimo de rendimentos e reconhecido o correspondente rendimento na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração”, no valor de 31.825,00 euros. Trata-se de um apoio comunicado pela União das Misericórdias Portuguesas, em início de 2018, na sequência da atividade de angariação de fundos implementadas após os grandes

incêndios de 2017 que afetaram a região centro, incluindo o concelho da Pampilhosa da Serra. Apesar de ainda não ter sido recebido o apoio, a Mesa Administrativa tem fortes expectativas de que este ativo será recuperado.

Ações EDP

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido uma diminuição na quantia escriturada deste ativo, no valor de 244,64 euros, devido à redução do justo valor dos títulos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido uma diminuição na quantia escriturada deste ativo, no valor de 450,36 euros, devido à redução do justo valor dos títulos.

FCT - Fundo de Compensação do Trabalho

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros créditos e ativos não correntes” é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Fundos de compensação	26.507,30	22.124,08

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Caixa	1.319,42	3.532,36
Depósitos à ordem	280.022,18	192.143,26
Depósitos a prazo	500.000,00	450.000,00
Total	781.341,60	645.675,62



15. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Fundos Patrimoniais” é detalhada como se segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fundos	459.270,01	459.270,01
Resultados transitados	1.201.258,91	1.283.039,03
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1.593.080,54	1.647.103,89
Subsídios ao Investimento	1.280.447,53	1.322.080,90
Doações	312.633,01	325.022,99
Resultado Líquido	190.549,29	-81.780,12
Total	3.444.158,75	3.307.632,81

Resultados transitados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento reconhecido na rubrica “Resultados transitados” é referente à aplicação do resultado líquido negativo de 2021, no valor de 81.780,12 euros.

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as variações nos subsídios ao investimento resultaram dos seguintes movimentos:

Saldo em 31/12/2020	1.367.725,95
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-51.450,91
Reconhecimento de Subsídios ao Investimento	5.805,86
Saldo em 31/12/2021	1.322.080,90
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-54.723,37
Reconhecimento de Subsídios ao Investimento	13.090,00
Saldo em 31/12/2022	1.280.447,53

Doações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os movimentos registados na rubrica “Doações” são resumidos como se segue:

Saldo em 31/12/2020	Doações reconhecidas no período	Imputação aos		Saldo em 31/12/2021	Doações Desreconhecidas no período	Imputação aos		Saldo em 31/12/2022
		Outros Rendimentos - Depreciação bens doados	Outros Rendimentos - Depreciação dos bens doados					
337.581,92	-9,18	-12.549,75		325.022,99	0,00	-12.389,98		312.633,01

Os bens imóveis doados são inicialmente reconhecidos pelo valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita. No caso de edifícios, estes são subsequentemente depreciados em função da estimativa de vida útil.

16. Fornecedores

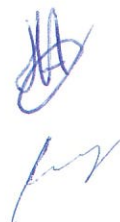
Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Fornecedores”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	223.782,51	180.671,34
Total	223.782,51	180.671,34

17. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Estado e outros Entes Públicos”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	548,15	1.951,54
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS Retido)	10.770,58	8.880,61
Segurança Social	45.687,71	45.713,74
Total Passivo	57.006,44	56.545,89



18. Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “financiamentos obtidos”, é detalhada da seguinte forma:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	192.671,60	1.279.678,22	1.472.349,82	142.069,98	1.411.567,96	1.553.637,94
Contas caucionadas	90.000,00	-	90.000,00	3.436,45	-	3.436,45
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	35.449,35	-	35.449,35	32.652,30	-	32.652,30
Total	318.120,95	1.279.678,22	1.597.799,17	178.158,73	1.411.567,96	1.589.726,69

A totalidade da dívida relativa aos financiamentos e outros encargos emergentes destes financiamentos, está garantida com hipotecas sobre diversos imóveis cuja propriedade pertence à Entidade.

19. Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Diferimentos”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Rendimentos a reconhecer		
Receitas de Acordos de Cooperação	99.393,34	197.090,86
Apoio financeiro - Mais Ajuda	12.983,35	22.148,06
Apoio financeiro - fornecedor de gás	8.263,51	4.453,44
Total	120.640,20	223.692,36

Em 2022 e 2021, a Segurança Social pagou à Instituição quantias mensais que resultam de valores protocolados, os quais estão em alguns casos acima dos que resultam dos níveis de frequência efetiva. Na demonstração de resultados os subsídios reconhecidos correspondem as frequências efetivas, pelo que os valores recebidos em excesso são apresentados no passivo na rubrica de Diferimentos.

No mês de dezembro de 2022, a Segurança Social procedeu ao pagamento de um apoio extraordinário para o ano de 2022 e 2023.

As situações descritas nos parágrafos anteriores originaram um diferimento de rendimentos no valor de 99.393.34 euros.

20. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros passivos correntes”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Pessoal	153,97	686,97
Utentes - Saldos Credores	217,13	-
Fornecedores de Investimentos - UCCI	135.458,92	135.458,92
Fornecedores de Investimentos - Outros	131.706,35	145.344,10
Credores por acréscimos de gastos	384.649,70	373.694,69
Outros credores	231.188,23	193.425,51
Total	883.374,30	848.610,19

Subdivisão entre corrente e não corrente:

Descrição	2022			2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Pessoal	-	153,97	153,97	-	686,97	686,97
Utentes	-	217,13	217,13	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	241.404,54	25.760,73	267.165,27	197.958,92	82.844,10	280.803,02
Credores por acréscimos de gastos	-	384.649,70	384.649,70	-	373.694,69	373.694,69
Outros credores	35.857,47	195.330,76	231.188,23	91.056,55	102.368,96	193.425,51
Total	277.262,01	606.112,29	883.374,30	289.015,47	559.594,72	848.610,19

O saldo da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita a especializações de gastos de natureza diversa, com destaque para a estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar no período subsequente à data de balanço, no valor de 366.341,87 euros (363.916,66 euros em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros Credores” detalha-se como se segue:

Descrição	2022	2021
Retenções para Garantia: Obras efetuadas por terceiros	62.537,59	62.537,59
Utentes	88.375,31	72.606,78
Projeto Encurtar Distâncias (Município de Pampilhosa da Serra)	22.023,38	33.775,01
IEFP	9.531,47	11.072,87
Projeto Mobilidade Social	35.000,00	-
Outros credores	13.720,48	13.433,26
Total	231.188,23	193.425,51

21. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Vendas e serviços prestados” é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Utentes (Lar, Centro de Dia, Apoio Dom., Infância)	1.506.811,03	1.356.192,24
Utentes (Unidade de Fisioterapia)	46.239,37	38.460,27
Receitas da UCCI	955.403,42	803.439,32
Quotizações	4.190,00	4.121,00
Outros	39.817,01	31.006,13
Total P. Serviços	2.552.460,83	2.233.218,96

22. Subsídios, doações, heranças e legados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Subsídios, doações, heranças e legados”, é detalhada como se segue (ver nota 6):

Descrição	2022	2021
Acordo Cooperação - Segurança Social	1.233.568,21	1.044.729,31
Entidades Públicas Locais	18.500,00	89.405,00
Apoios do IEFP - Medidas: Empresa de Inserção, Estágios, Estimulos, Integração)	45.006,88	62.945,57
Comparticipação do IAPMEI (aumento SMN)	12.880,00	8.365,50
Programa Encurtar distâncias	40.789,84	45.113,21
Programa de distribuição alimentar - PAC-POAPMC	9.528,37	22.863,22
Doação de bens alimentares	4.516,47	17.597,24
Donativos	60.479,44	38.243,85
Cantinas Sociais	7.725,00	4.930,00
Outros	40.044,10	21.031,51
Total Subsídios	1.473.038,31	1.355.224,41

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Limpeza, higiene e conforto	102.163,96	125.685,19
Serviços médicos e de enfermagem	106.302,24	86.935,06
Electricidade	133.546,82	74.530,49
Outros combustíveis (gás e lenha)	88.552,79	94.809,92
Trabalhos especializados	60.769,47	55.807,10
Conservação e reparação	34.641,89	57.781,05
Rendas e alugueres	25.242,50	26.693,30
Combustíveis	44.269,52	14.670,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	18.455,08	23.729,72
Seguros	16.571,34	16.545,11
Comunicação	10.961,65	9.188,30
Água	32.235,84	27.542,24
Honorários	15.421,40	14.576,86
Material de escritório	6.441,89	4.820,83
Publicidade e propaganda	590,40	906,45
Artigos para oferta	970,00	4.308,74
Contencioso e notariado	1.462,00	616,29
Outros (inclui gastos com estágios e similares)	33.437,19	69.956,41
Total	732.035,98	709.103,48

24. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Gastos com o pessoal”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	1.836.808,03	1.778.593,90
Encargos sobre as Remunerações	437.914,87	424.525,16
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	30.739,49	29.556,07
Outros Gastos com o Pessoal (inclui subsidio de alimentação)	322.278,16	305.803,96
Total	2.627.740,55	2.538.479,09

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2022 foi de 176 e em 31 de dezembro de 2021 foi de 194.



25. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Créditos a receber - Nota 10	10.599,34	13.854,74
Outros ativos correntes - Nota 13	10,78	27,31
Total	10.610,12	13.882,05

26. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros rendimentos”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Fraldas – débito a utentes	30.613,86	25.624,28
Material de Enfermagem – débito a utentes	11.421,88	9.123,60
Rendas de imóveis	34.506,48	27.822,30
Imputação de subsídios para investimentos	54.723,37	51.450,91
Imputação - Depreciação dos bens doados	12.389,98	12.558,93
Consignação IRS	3.163,42	-
Outros rendimentos	29.720,04	14.971,93
Total	176.539,03	141.551,95

27. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros gastos”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Quotizações	3.210,00	3.210,00
Outros Gastos	2.641,96	8.800,40
Total	5.851,96	12.010,40

28. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Juros e rendimentos similares suportados”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Juros obtidos	456,25	-
Total	456,25	-



29. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Juros e gastos similares suportados”, é detalhada como se segue:

Descrição	2022	2021
Juros suportados - Financiamentos Bancários	26.351,45	26.524,41
Outros gastos de financiamento	6.773,26	3.817,30
Total	33.124,71	30.341,71

30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra perante a Segurança Social encontra-se regularizada.

31. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

1. Existe um litígio com a sociedade contratada para a construção da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Lar de Idosos. O construtor reclama um crédito de 281 milhares de euros (inclui 70.737 euros de juros de mora), que a Santa Casa entende não ser devido, por incumprimentos imputáveis ao fornecedor. A Santa Casa contestou a ação e deduziu um pedido reconvenicional de 300 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica “Outros passivos correntes”, está reconhecida a dívida para com este fornecedor, no valor de 191.404,54 euros (fornecedor de investimento – 135.458,92 euros, outros credores – retenções para garantia – 55.945,62 euros).

A Mesa Administrativa tem a expectativa de que o valor da dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2022 seja suficiente para fazer face a uma eventual obrigação de pagamento que venha a ser decidida pelo tribunal.

2. Está em curso o processo-crime 1253/13.2TACBR – Proc. Comum, através do qual foi reclamado aos arguidos e à Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra um pedido de indemnização no valor de 145 milhares de euros.

Os arguidos e a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra foram absolvidos inicialmente, tanto dos crimes que lhe eram imputados, como do pedido de indemnização cível. Relativamente a esta sentença, foi interposto recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra, tendo havido recentemente uma decisão: (i) a Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra foi condenada numa pena de multa e a pagar à família da vítima de acidente em trabalho 120 mil euros; (ii) o provedor da Instituição e um diretor de serviço foram condenados a dois anos e meio de prisão, com pena suspensa. A Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra interpôs recurso desta decisão.

32. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 18 de março de 2023.

33. Proposta de Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que, o Resultado Líquido do Exercício de 2022, no valor de 190.549,29 euros, seja transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa